



TUDO UM MUNDO

**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**  
**2º TRIMESTRE 2024**

## Conteúdo

Instrumentos previsionais de gestão 2024 .....	3
PMP e Arrears .....	4
Endividamento .....	5
Execução Orçamental da Receita .....	6
Execução Orçamental da Despesa .....	9
Equilíbrio Orçamental .....	14
Alterações Orçamentais .....	15
Análise das rubricas de Gastos e Perdas .....	18
Análise das rubricas de Rendimentos .....	22
Análise das rubricas de Investimentos .....	25
Indicadores Financeiros .....	26
Contabilidade de Gestão .....	27

## RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

### 2º TRIMESTRE 2024

#### Instrumentos previsionais de gestão 2024

Com o objetivo de analisar e verificar a execução orçamental do Município, realizou-se uma breve análise comparativa dos níveis de execução durante o ano de 2024, face aos dados produzidos em período homólogo do ano 2023, tendo como base o orçamento corrigido e o executado para cada um dos respetivos anos, reportando-se a taxa de execução da receita à cobrança bruta e a taxa de execução da despesa à despesa realizada.

A informação financeira relativa ao ano anterior resulta da extração dos elementos à presente data.

O orçamento do Município para o exercício de 2024, no final do 2º trimestre apresentou um ajustamento de 37.205,26 milhares de euros, mediante a realização de diversas alterações orçamentais (tratadas em capítulo próprio), correspondendo a uma dotação corrigida de 309.185,50 milhares de euros (m€), composto por 198.815,88 m€ de receitas correntes e despesas correntes no montante de 201.671,59 m€. Quanto à vertente de capital, as receitas ascendem a 76.583,45 m€, sendo as despesas de 107.513,91 m€. Acresce ainda, outras receitas, num total de 33.786,17 m€ destacando-se o saldo de gerência anterior de 32.895,08 m€<sup>1</sup>.

A comparação efetuada tem por base, para o exercício de 2023, um orçamento corrigido de 328.106,72 m€, repartido entre receitas e despesas correntes que rondaram 180.222,76 m€ e 191.144,90 m€, respetivamente, cabendo na vertente de capital uma previsão corrigida de receitas de 116.823,59 m€ e despesas de 136.961,82 m€, contemplando as outras receitas um total de 31.060,37 m€ salientando-se um saldo de gerência anterior de 30.781,19 m€.

---

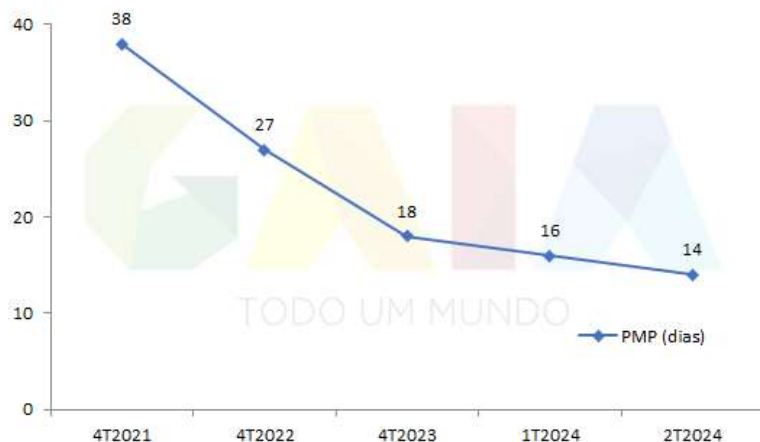
<sup>1</sup> Saldo da Gerência anterior apurado com base na receita cobrada líquida

## PMP e Arrears

Pagamentos em atraso são as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes.

O Município terminou o exercício de 2023 sem qualquer pagamento em atraso, mantendo esse registo durante o primeiro semestre do ano de 2024.

A fórmula de cálculo do PMP consubstanciou-se no indicador definido nos termos do n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de abril, no DR n.º 71, 2ª série Parte C, em que DF corresponde ao valor da dívida de curto prazo a fornecedores observado no final de um trimestre, e A corresponde às aquisições de bens e serviços e bens de capital efetuadas no trimestre, independentemente de já terem sido liquidadas.



O PMP apurado em 30/06/2024 é de 14 dias, revelando uma melhoria face aos 18 dias registados no final de 2023 e aos 16 dias verificados no 1º trimestre deste ano de 2024. Confirma-se assim, também neste último trimestre, a trajetória de redução do número de dias de prazo médio de pagamento, o qual se situa confortavelmente abaixo do prazo limite de 90 dias.

## Endividamento

O endividamento municipal a 30/06/2024, considerando o enquadramento legal existente, ascendia a 91.076,67 m€. Os empréstimos de médio e longo prazo (m.l.p.) representam o valor mais relevante, com 69.658,11 m€. A dívida a Fornecedores de Ativos Fixos Tangíveis ficou-se nos 5.205,13 m€ e a dívida de curto prazo registou o valor de 16.213,43 m€.

De referir que, do total de dívida relativa a empréstimos de m.l.p., cerca de 18%, equivalentes a 12.565,48 m€, correspondem a empréstimos excluídos do limite de endividamento por se tratar de empréstimos excecionados ao abrigo do nº 5 do art.º 52 da Lei 73/2013.

Descrição	30/06/2023	30/06/2024
<b>Dívida de MLP</b>	<b>69 713,90</b>	<b>69 944,46</b>
Empréstimos	64 572,88	64 968,36
Fornecedores de Ativos Fixos Tangíveis	5 141,02	4 976,10
<b>Dívida de CP</b>	<b>23 927,06</b>	<b>16 213,43</b>
Fornecedores e Outros Credores	23 927,06	16 213,43
<b>Dívida de MLP Exigível a CP</b>	<b>4 769,31</b>	<b>4 918,78</b>
Empréstimos	4 373,81	4 689,75
Fornecedores de Ativos Fixos Tangíveis	395,50	229,02
<b>Endividamento Total</b>	<b>98 410,27</b>	<b>91 076,67</b>

milhares de euros

Quando analisamos o mesmo período de 2023, o endividamento municipal ascende a 98.410,27 m€, dos quais, 68.946,69 m€ são referentes a empréstimos de m.l.p. junto da banca comercial, Instituto Nacional de Habitação (IHRU) e Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (AD&C). A dívida a Fornecedores de Ativos Fixos Tangíveis (também de m.l.p.) é de 5.536,53 m€ e a dívida de curto prazo ascende aos 23.927,06 m€.

Efetuada a comparação do endividamento total no 1º semestre de 2024 com o do período homólogo de 2023, verifica-se uma diminuição na ordem dos 7.333,60 m€ motivada, sobretudo, pela redução do montante da dívida de curto prazo a Fornecedores e Outros Credores. Este dado reflete a tendência de diminuição do prazo médio de pagamentos que o Município tem vindo a registar.

## Execução Orçamental da Receita

No primeiro semestre de 2024, o orçamento do Município apresenta uma dotação total de receita cobrada de 137.587,25 m€, registando como receitas correntes o montante de 93.813,20 m€, e nas receitas de capital 10.492,72 m€, ao qual acrescem outras receitas, nomeadamente o saldo da gerência anterior de 32.895,08 m€ e reposições não abatidas nos pagamentos de 386,25 m€.

Por sua vez, no mesmo período de 2023, o orçamento do Município, apresentou uma dotação total de receita cobrada de 129.494,17 m€, registando nas receitas correntes um montante de 85.733,92 m€ e nas de capital 12.329,35 m€, acrescentando outras receitas como o saldo de gerência anterior de 30.781,19 m€ e reposições não abatidas nos pagamentos de 649,71 m€.

Em termos globais, a receita cobrada nos primeiros 6 meses de 2024 apresenta um crescimento de 6 % face a igual período de 2023.

O quadro seguinte reflete a execução da receita no final do 2º trimestre de 2024, apresentando a respetiva análise comparativa com o executado no período homólogo de 2023:

C.Econ	Descrição	30/06/2023		30/06/2024		Cobrado 2024/2023	Taxa de Execução %		
		Previsão	Cobrado	Previsão	Cobrado		2023 (a)	2024 (a)	2024 (b)
<b>RECEITAS CORRENTES</b>									
		180 222,76	85 733,92	198 815,88	93 813,20	8 079,29	47,57%	47,19%	45,83%
01	Impostos diretos	97 037,70	44 562,23	101 959,68	48 487,82	3 925,60	45,92%	47,56%	45,98%
04	Taxas, multas e outras penalidades	5 485,13	2 371,55	5 943,12	3 055,65	684,10	43,24%	51,41%	49,49%
05	Rendimentos da propriedade	5 858,84	4 861,96	6 621,75	3 501,03	-1 360,93	82,98%	52,87%	52,87%
06	Transferências correntes	67 029,33	31 682,27	77 824,60	36 012,45	4 330,18	47,27%	46,27%	46,05%
07	Venda de bens e serviços correntes	2 540,87	2 192,98	3 873,83	2 618,06	425,08	86,31%	67,58%	67,53%
08	Outras receitas correntes	2 270,89	62,94	2 592,90	138,19	75,25	2,77%	5,33%	-25,49%
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>									
		116 823,59	12 329,35	76 583,45	10 492,72	-1 836,63	10,55%	13,70%	13,32%
09	Venda de bens de investimento	288,99	772,43	455,87	270,34	-502,08	267,28%	59,30%	55,16%
10	Transferências de capital	97 963,23	11 104,59	38 177,33	4 274,06	-6 830,53	11,34%	11,20%	10,52%
11	Ativos financeiros	0,20	0,00	0,20	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
12	Passivos financeiros	17 106,93	423,29	36 449,27	5 817,65	5 394,35	2,47%	15,96%	15,96%
13	Outras receitas de capital	1 464,25	29,04	1 500,78	130,66	101,63	1,98%	8,71%	7,87%
<b>OUTRAS RECEITAS</b>									
		31 060,37	31 430,90	33 786,17	33 281,33	1 850,43	101,19%	98,51%	98,38%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	279,18	649,71	891,09	386,25	-263,46	232,72%	43,35%	38,50%
16	Saldo da gerência anterior	30 781,19	30 781,19	32 895,08	32 895,08	2 113,89	100,00%	100,00%	100,00%
<b>TOTAL</b>		<b>328 106,72</b>	<b>129 494,17</b>	<b>309 185,50</b>	<b>137 587,25</b>	<b>8 093,08</b>	<b>39,47%</b>	<b>44,50%</b>	<b>43,52%</b>

(a) Receita Cobrada Bruta/Previsão  
 (b) Receita Cobrada Líquida/Previsão

milhares de euros

Da análise efetuada ao quadro anterior, destaca-se uma evolução positiva no global da receita entre 2024/2023, com um aumento de 8.093,08 m€. O acréscimo registou-se, principalmente, ao nível das Receitas Correntes (mais 8.079,29 m€). Também as Outras Receitas tiveram uma evolução positiva, mais 1.850,43 m€, desagregado da seguinte forma: 2.113,89 m€ de aumento do Saldo da Gerência Anterior e 263,46 m€ de diminuição das Reposições Não Abatidas nos Pagamentos. As Receitas de Capital registaram um ligeiro recuo de 1.836,63 m€ face ao mesmo período de 2023.

Relativamente à Receita Corrente Bruta arrecadada, esta ascendeu a 93.813,20 m€ no final do 2º trimestre de 2024 e a 85.733,92 m€ em idêntico período de 2023, o que corresponde a uma variação 2024/2023 de 9%, traduzida em mais 8.079,29 m€, em termos absolutos. Este aumento global reflete um acréscimo generalizado de quase todas as rubricas da receita correntes com destaque para as rubricas de Transferências correntes e de Impostos diretos (as receitas relativas a Rendimentos da Propriedade são as únicas a registar uma diminuição de 1.360,93 m€).

As Transferências Correntes apresentam nos primeiros seis meses de 2024, uma variação a ordem dos 4.330,18 m€, face ao período homólogo de 2023, tendo sido a componente das Receitas Correntes com maior crescimento. Em termos absolutos, registou o segundo maior montante de Receita Corrente cobrada: 36.012,45 m€. Esta evolução resulta, essencialmente, das verbas recebidas no âmbito da transferência de competências do Estado Central para as Autarquias Locais: o Município de Gaia recebeu, neste primeiro semestre de 2024 o montante de 15.003,07 m€ no âmbito da transferência das áreas da educação, ação social e saúde. Refira-se que as competências na área da saúde foram recebidas apenas em outubro de 2023, pelo que o montante de 11.452,72 m€ receita cobrada líquida recebida em igual período de 2023 refere-se apenas às áreas educação e da ação social (transferidas em abril de 2022 e em dezembro de 2022, respetivamente).

No que concerne aos Impostos Diretos, constata-se que, até final de junho de 2024, perfazem um montante de 48.487,82 m€, revelando um aumento de 8,8% face ao valor atingido no mesmo período do ano anterior, o que corresponde a mais 3.925,60 m€. Este aumento resulta das variações positivas registadas nas rubricas do IMT, IUC e Derrama. O IMT regista 22.473,00 m€ de receita cobrada, e um crescimento de 16,8%, correspondente a mais 3.238,07 m€. As receitas do IUC, a 30/06/2024, ascendem a 5.813,06 m€, mais 523,98 m€ em comparação com o valor registado a 30/06/2023. A Derrama, apresenta 526,02 m€ de receita cobrada no período em análise, um significativo aumento de 58,2%, traduzido em mais 193,44 m€ face a idêntico período do ano anterior. As receitas cobradas de IMI apresentaram um ligeiro decréscimo de 18,01 m€ face a idêntico período de 2023.

A receita bruta relativa a Taxas, multas e outras penalidades regista um valor de 3.055,65 m€ e um aumento de 684,10 m€, face ao valor registado no 2º trimestre de 2023, explicado sobretudo pelo aumento quase generalizado de todas as suas rubricas, e em particular, da rubrica referente a taxas de Ocupação da Via Pública que a 30/06/2024 totalizam 1.273,94€, mais 149,66 m€ do que o valor registado no mesmo período de 2023. Ao nível da cobrança de

Coimas e Penalidades por Contraordenações também se verifica um significativo incremento de 170,48 m€, registando o valor de 628,53 m€ de receita cobrada no final do semestre.

Relativamente às receitas de Rendimentos da Propriedade, verifica-se ser esta a única rubrica das receitas correntes que verificou um recuo de 1.360,93 m€ face ao valor registado no 2º trimestre de 2023. O montante de receita de Rendimentos da Propriedade a 30/06/2024 é de 3.501,03 m€ provenientes, em grande parte, de Rendas de Bens de Domínio Público (3.013,46 m€). A diminuição registada nas receitas de Rendimentos da Propriedade resulta, essencialmente, do momento de registo da cobrança da renda do 4º trimestre relativa à concessão de distribuição de energia elétrica paga pela E-Redes: no final de junho de 2024 estavam cobradas a rendas do 1º e 2º trimestres, por sua vez, no final de junho de 2023 temos o registo, além das rendas do 1º e 2º trimestres de 2023, também da renda do 4º trimestre de 2022 (recebida no início de 2023).

Ao nível das receitas de capital, verifica-se um valor de receita cobrada bruta de 10.492,72 m€ e um decréscimo de 1.836,63 m€, em comparação com o valor registado no 1º semestre de 2023, resultado da variação negativa verificada nas rubricas de Transferências de Capital e de Venda de Bens de Investimento que foi, em parte, compensada pela variação positiva dos Passivos Financeiros e Outras Receitas de Capital.

Os Passivos Financeiros, nos seis primeiros meses de 2024, apresentam um peso relativo de 55,4% do total de receita de capital arrecadada, e um montante de 5.817,65 m€, o que corresponde a mais 5.394,35 m€ do que o valor registado no mesmo período de 2023. Esta variação decorre por um lado, da libertação de cinco tranches no valor total de 3.320,17 m€ do empréstimo de m.l.p. de 17.916,47 m€ e de três tranches no valor de 1.049,66 m€ do empréstimo de m.l.p. de 38.988,22 m€, ambos da Caixa Geral de Depósitos, S.A. destinados ao financiamento de diversos investimentos e, por outro, de diversos desembolsos relativos a financiamentos reembolsáveis concedidos ao Município, no valor total de 1.447,82 m€, dos quais se destaca o valor 1.181,46 m€ recebido no âmbito do financiamento da operação "Implementação de corredores BUS em solução pré-metro - 1ª Fase - Avenida Vasco da Gama (EN 222)".

Relativamente às Transferências de Capital, o seu valor de 4.274,06 m€ advém na totalidade de Transferências com origem na Administração Central, que no final do 2º trimestre registam uma diminuição de 6.830,53 m€ face ao valor recebido no período homólogo, com destaque para o valor recebido relativo à participação comunitária em projetos cofinanciados cujo valor

de receita cobrada bruta ascendeu, no 2º trimestre de 2024, a 1.882,58 m€, menos 7.893,57 m€ face ao período homólogo de 2023.

Da análise suprarreferida, ressalta que no 2º trimestre do ano de 2024, a taxa de execução das Receitas Correntes ascendeu a 47,19%, registando um decréscimo de 0,39 p.p. face a idêntico período de 2023, e as Receitas de Capital apresentam uma taxa de execução de 13,70%, registando, um acréscimo 3,15 p.p., comparativamente com o valor registado no ano transato.

Por fim, importa referir que a taxa de execução da receita bruta total a 30/06/2024 foi de 44,50%, valor acima do valor apresentado a 30/06/2023, que se centrou nos 39,47%, verificando-se um acréscimo de 5,03 p.p. no presente semestre face ao mesmo período do ano anterior.

## Execução Orçamental da Despesa

A despesa total, no final do segundo trimestre de 2024, foi de 99.948,70 m€, apresentando um agravamento de 12.179,74 m€ face ao período homólogo de 2023, no qual a despesa total ficou-se pelos 87.768,96 m€. Na base deste aumento destaca-se o incremento da despesa corrente, mais 15.861,01 m€ em comparação com o 2º trimestre de 2023. As Despesas de Capital registam uma diminuição de 3.681,28 m€, dos 23.993,97 m€ registados no 2º trimestre de 2023 para os 20.312,25 m€ apurados no mesmo período de 2024.

Esta evolução encontra-se desagregada no quadro seguinte:

C.Econ.	Descrição	30/06/2023		30/06/2024		Despesa Paga 2024/2023	Taxa de Execução %	
		Dotações corrigidas	Despesa paga	Dotações corrigidas	Despesa paga		2023	2024
	<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>191 144,90</b>	<b>63 775,43</b>	<b>201 671,59</b>	<b>79 636,45</b>	<b>15 861,01</b>	<b>33,36%</b>	<b>39,49%</b>
01	Despesas com o pessoal	76 414,86	34 317,51	83 796,13	38 653,86	4 336,35	44,91%	46,13%
02	Aquisição de bens e serviços	71 866,28	17 182,58	79 087,49	23 765,77	6 583,19	23,91%	30,05%
03	Juros e outros encargos	2 676,97	827,02	4 207,08	1 634,18	807,15	30,89%	38,84%
04	Transferências correntes	24 181,40	6 531,88	19 404,38	9 443,29	2 911,42	27,01%	48,67%
05	Subsídios	13 317,67	3 856,57	12 928,72	4 959,81	1 103,24	28,96%	38,36%
06	Outras despesas correntes	2 687,72	1 059,87	2 247,79	1 179,54	119,67	39,43%	52,48%
	<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>136 961,82</b>	<b>23 993,53</b>	<b>107 513,91</b>	<b>20 312,25</b>	<b>-3 681,28</b>	<b>17,52%</b>	<b>18,89%</b>
07	Aquisição de bens de capital	125 547,15	18 329,32	95 011,69	14 996,87	-3 332,45	14,60%	15,78%
08	Transferências de capital	1 335,97	580,37	1 789,03	699,76	119,38	43,44%	39,11%
09	Ativos financeiros	0,60	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00%	0,00%
10	Passivos financeiros	9 393,60	4 399,74	10 712,29	4 615,62	215,88	46,84%	43,09%
11	Outras despesas de capital	684,50	684,10	0,40	0,00	-684,10	99,94%	0,00%
	<b>TOTAL</b>	<b>328 106,72</b>	<b>87 768,96</b>	<b>309 185,50</b>	<b>99 948,70</b>	<b>12 179,74</b>	<b>26,75%</b>	<b>32,33%</b>

milhares de euros

As Despesas Correntes, com um total de 79.636,45 m€, tiveram um aumento de 15.861,01 m€ face ao mesmo período de 2023. Este aumento resulta do incremento generalizado de todas

as componentes da Despesa Corrente, com particular destaque para as despesas com a aquisição de bens e serviços (+6.583,19 m€), as despesas com o pessoal (+4.336,35 m€), as transferências correntes (+2.911,42 m€) e os subsídios (+1.103,24 m€). Por sua vez, a despesa com juros e outros encargos e com outras despesas correntes registaram aumentos mais ligeiros de 807,15 m€ e 119,67 m€, respetivamente, em relação ao verificado em igual período de 2023.

As Despesas com Pessoal totalizaram, no segundo trimestre de 2024, 38.653,86 m€, representando cerca de 39% do total da despesa executada. O montante da rubrica de remunerações certas e permanentes ascendeu a 29.484,73 m€, evidenciando um peso nas despesas de pessoal de 76%. A contribuir para o aumento das Despesas com o Pessoal no 1º semestre de 2024, tivemos como fator determinante a receção das competências na área da saúde, concretizada em outubro de 2023. Além disso, houve também os aumentos definidos a nível governamental, nomeadamente:

- Decreto-Lei n.º 75/2023, de 29 de agosto de 2023, que estabelece um regime especial de aceleração do desenvolvimento das carreiras dos trabalhadores com vínculo de emprego público, que produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2024;
- Decreto-Lei n.º 108/2023, de 22 de novembro de 2023, que aprovou medidas de valorização dos trabalhadores que exercem funções públicas com efeitos a 01 de janeiro de 2024;
- Decreto-Lei n.º 6/2024, de 5 de janeiro de 2024, que procedeu à valorização remuneratória da carreira de polícia municipal, com efeitos a 2023;
- Decreto-Lei 13/2024, de 10 de janeiro de 2024, que aprovou medidas de valorização dos trabalhadores da administração pública que inclui a alteração das percentagens a pagar por trabalho suplementar para trabalhadores com mais de 100 horas anuais de trabalho suplementar.

As aquisições de bens e serviços correntes, registam um aumento de 6.583,19 m€, passando de 17.182,58 m€ registados no 2º trimestre do ano de 2023 para 23.765,77 m€ no mesmo período de 2024, alavancado pelo aumento verificado na aquisição de serviços, de mais 6.158,95 m€ face a 2023. Relativamente à aquisição de bens, verifica-se também um aumento da despesa executada, face ao período homólogo de 2023, mas de apenas 424,24 m€.

No que concerne à aquisição de serviços, o total de despesa executada ascende a 19.897,29 m€, dos quais se destacam os “Outros serviços com 8.154,84 m€ e os “Encargos das instalações” que ascendem a 3.033,43 m€. De referir que os valores dos encargos com

instalações incluem 183,25 m€ de despesa paga relativos à transferência de competências da Saúde.

As transferências correntes registaram um incremento de 2.911,42 m€, neste período, passando dos 6.531,88 m€ registados em 2023, para 9.443,29 m€ em 2024. De realçar a transferências correntes para a administração local, que a 31/06/2024, totalizam 3.393,94 m€, dos quais 1.711,85 m€ relativos a transferências correntes para as freguesias e 1.682,09 m€ para a Área Metropolitana do Porto relativos, essencialmente, à comparticipação do Município referente aos anos 2022 e 2023 do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) - Passe Único (1.655,54 m€). As transferências correntes para as famílias, nos seis primeiros meses de 2024, registam mais 813,77 m€ do que o valor registado no mesmo período do ano anterior, e ascendem a 1.004,21 m€, dos quais 726,69 m€ são relativos ao 4º trimestre de 2023 do Protocolo de colaboração TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE e Município de Vila Nova de Gaia Andantes “Passe 4\_18 @escola.tp” e “Passe Sub23@superior.tp”.

Relativamente às transferências correntes destinadas a Instituições sem fins lucrativos, no presente trimestre representam cerca de 38% do total das transferências correntes, com um montante de despesa paga de 3.562,63 m€ e um acréscimo de 238,86 m€ face a igual período de 2023, com destaque para:

- Protocolo de colaboração - Acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, no âmbito da Descentralização na área da Ação Social, com um valor de despesa paga de 867,53 m€;
- Protocolo de acordo GAIAaprende com 942,05 m€ pagas até 30/06/2024;
- Protocolo GAIAaprende + i que totalizou 414,60 m€;
- Apoio a diversas coletividades e instituições, nomeadamente, para a realização de festividades locais no total de 336,61 m€;
- Protocolo de colaboração entre O Município de Vila Nova de Gaia e Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários sediadas no concelho – Apoio à atividade no valor global de 181 m€.

O montante de juros pagos pelo Município até ao final do 2º trimestre de 2024 atingiu 1.634,18 m€, mais 807,15 m€ do que no mesmo período de 2023 resultantes, sobretudo, do aumento das taxas de juro com efeitos a partir do 2º trimestre de 2023, tanto ao nível dos empréstimos de médio e longo prazo, como do contrato de locação financeira. A execução de mais 4.369,83 m€ dos empréstimos para investimentos diversos durante esta primeira metade do ano de 2024 também se fez refletir no montante de juros pagos neste período.

Ao nível dos Subsídios, verifica-se um acréscimo de despesas paga de 1.103,24 m€, explicado da seguinte forma:

- o valor de despesa paga a 30/06/2024 refere-se a duas tranches do contrato de concessão de serviço público de transporte rodoviário de passageiros explorado pela STCP (num total de 1.284,99 m€), enquanto o valor de despesa paga a 30/06/2023 corresponde apenas à 1ª tranche (no valor de 568,99 m€), tendo a 2ª tranche sido paga no 3º trimestre de 2023;
- dos 6.600 m€ de despesa anual prevista ao abrigo do contrato-programa celebrado entre o Município e a entidade Águas de Gaia EM, S.A., no final do primeiro semestre de 2024 tinham sido pagos 3.300 m€, enquanto no mesmo período de 2023, o valor de despesa executada era de 2.200 m€;
- relativamente ao contrato-programa celebrado entre o Município e a Gaiurb – Urbanismo e Habitação, E.M., parte do valor do ano de 2023 foi pago neste primeiro semestre de 2024 (250 m€), a despesa prevista para este ano não teve execução até 30/06/2024;
- com sinal inverso, i.e., revelando uma redução na ordem dos 962,75 m€, temos os subsídios pagos pelo Município para cobertura de prejuízos, que no primeiro semestre de 2023 somaram 1.087,57 m€ (S.T.C.P – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A. e Município – Empresa Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.) e no mesmo período de 2024 foram apenas 124,82 m€ (Município – Empresa Cartografia e Sistemas de Informação, S.A., Inovagaia – Assoc. para Centro de Incubação da Base Tecnológica e GaiaFuturo – Cooperativa de Interesse Público, CRL).

Na vertente da Despesa de Capital, as rubricas com maior expressividade são as aquisições de bens de capital, cifrando-se em 14.996,87 m€, seguida pelos passivos financeiros com um volume de 4.615,62 m€. No primeiro semestre de 2024, as Despesas de Capital totalizam 20.312,25 m€ e registaram um decréscimo de 3.681,28 m€ face ao mesmo período ano anterior. Esta variação negativa é imputada à diminuição das Aquisições de bens de capital que apresenta menos 3.332,45 m€, e das Outras despesas de capital, com menos 684,10 m€. É parcialmente compensada pelo aumento da despesa com os Passivos financeiros (mais 215,88 m€) e pelo aumento da despesa com Transferências de capital (mais 119,38 m€).

Relativamente aos passivos financeiros, nos três primeiros meses de 2024, registam um valor de despesa paga de 4.615,62 m€ e um acréscimo de 215,88 m€ face a idêntico período de 2023. Este aumento deve-se essencialmente ao facto de no presente ano estar contabilizado o pagamento das 6 prestações mensais relativas ao empréstimo Santander - Saneamento Financeiro (em 2023, a prestação de junho só foi contabilizada no início do mês de julho).

As Aquisições de bens de capital, no primeiro semestre de 2024, representam 74% da despesa de capital, com um valor total de 14.996,87 m€, destacando-se os investimentos realizados nas “Construções diversas” nomeadamente na rubrica “Viadutos, arruamentos e obras complementares” (com o valor de 4.009,15 m€ e menos 204,26 m€ investidos do que no período homólogo do ano anterior), e na rubrica “Viação rural” (que registou o valor de 2.149,33 m€ e um expressivo incremento de 1.505,15 m€ face a igual período de 2023). São, essencialmente, despesas realizadas no âmbito reformulação da rede viária e pedonal e beneficiação do pavimento de diversos locais do Município. De referir ainda os investimentos realizados em “Edifícios” concretamente em “Instalações desportivas e recreativas” com um total de despesa paga de 1.975,14 m€, e um acréscimo de 545,01 m€ face ao investimento realizado no mesmo período do ano anterior, a destacar as obras do Pavilhão Multiusos dos Arcos do Sardão e do Pavilhão Municipal de Santa Marinha, com um total de despesa paga, a 30/06/2024, de 1.462,16 m€ e 424,18 m€, respetivamente.

Resta referir que nos primeiros seis meses de 2024, a despesas corrente apresenta uma taxa de execução de 39,49%, observando-se um acréscimo de 6,13 p.p., face a 2023. De igual modo, a taxa de execução da despesa de capital no período em análise apresenta um aumento de 1,37 p.p., passando de 17,52% no 2º trimestre de 2023 para 18,89% em idêntico período de 2024.

Analisando a despesa no seu todo, constata-se que até final do 2º trimestre de 2024 a taxa de execução perfaz 32,33%, mais 5,58 p.p., comparativamente com os 26,75% atingidos em igual período de 2023.

## Equilíbrio Orçamental

Nos termos do artigo 40º da Lei 73/2013 de 3/9 (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, e a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de m.l.p.

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL				
Descrição		Prestação de Contas 2023	ORÇAMENTO INICIAL	30/06/2024 (previsões/dotações corrigidas)
Variáveis relevantes para o controlo da regra do equilíbrio orçamental	A - Receitas correntes brutas	188 886,44	196 766,36	222 431,38
	B - Despesas correntes	157 209,54	177 623,77	201 671,59
	C - Saldo corrente (A-B)	31 676,90	19 142,59	20 759,79
	D - Amortização média dos EMLP	9 457,99	12 448,73	9 665,63
Resultado apurado atendendo à regra do equilíbrio orçamental	E - Montante (C-D)	22 218,91	6 693,86	11 094,16
	F - Percentagem [A/(B+D)]	113,3%	103,5%	105,2%

NOTA: as Receitas correntes brutas a 31/12/2023 englobam a incorporação do Saldo da Gerência Anterior - parte corrente (milhares de €)

Face ao referido articulado, e como se poderá verificar no quadro acima, no final do 2º trimestre de 2024, o Município mantém o cumprimento da regra de equilíbrio orçamental previsto no RFALEI.

## Alterações Orçamentais

Durante o 1º semestre de 2024, realizaram-se 34 alterações orçamentais, das quais, seis foram modificativas.

Estas alterações permitiram acomodar e gerir o orçamento em função das necessidades diárias, indo de encontro à tomada de decisão.

Os reforços/inscrições e diminuições/anulações nas diferentes contas da receita e da despesa decorrentes das referidas alterações orçamentais realizadas entre janeiro e junho de 2024, encontram-se resumidas nos quadros que se seguem:

DOTAÇÕES DA RECEITA				
CLASSIFICAÇÃO	PREVISÕES INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	DOTAÇÕES CORRIGIDAS
01 IMPOSTOS DIRETOS	101 959,68 €	0,00 €	0,00 €	101 959,68 €
02 IMPOSTOS INDIRETOS				
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	5 943,12 €	0,00 €	0,00 €	5 943,12 €
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	6 621,75 €	0,00 €	0,00 €	6 621,75 €
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	75 775,08 €	5 753,36 €	3 703,84 €	77 824,60 €
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	3 873,83 €	0,00 €	0,00 €	3 873,83 €
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2 592,90 €	0,00 €	0,00 €	2 592,90 €
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	455,87 €	0,00 €	0,00 €	455,87 €
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	38 991,86 €	1 223,22 €	2 037,75 €	38 177,33 €
11 ATIVOS FINANCEIROS	0,20 €	0,00 €	0,00 €	0,20 €
12 PASSIVOS FINANCEIROS	33 374,08 €	6 041,95 €	2 966,76 €	36 449,27 €
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1 500,78 €	0,00 €	0,00 €	1 500,78 €
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	891,09 €	0,00 €	0,00 €	891,09 €
16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0,00 €	32 895,08 €	0,00 €	32 895,08 €
<b>Totais .....</b>	<b>271 980,24 €</b>	<b>45 913,61 €</b>	<b>8 708,35 €</b>	<b>309 185,50 €</b>

(milhares de euros)

As alterações orçamentais à Receita, verificadas nos primeiros 6 meses do ano, foram no sentido do seu reforço, tendo sido acrescidos 37.205,26 m€ face às Previsões Iniciais. De entre as variações ocorridas nos primeiros seis meses de 2024, é de destacar os seguintes registos:

- A integração do Saldo da Gerência Anterior (32.895,08 m€, dos quais 1.184 m€ relativos a receita consignada);
- A maior variação foi registada ao nível dos Passivos Financeiros (Cl.Ec.12), com a inscrição do novo financiamento bancário destinado à aquisição de veículos, máquinas para obras e edifícios para instalação de serviços municipais, no montante de 6.041,95 m€, relativamente ao qual, em resultado da reprogramação de encargos, uma parte equivalente a 2.966,76 m€ passou a constituir receita do ano seguinte;
- Inscrição dos valores de 2.018,32 m€ em Transferências Correntes (Cl.Ec.06) e de 867,42 m€ em Transferências de Capital (Cl.Ec.10) referentes ao financiamento do Programa de Recuperação e Resiliência “Plano de Ação das Comunidades

Desfavorecidas”, devido a candidaturas aprovadas, em que parte dos valores não estava prevista no orçamento inicial;

- Reforço da comparticipação do financiamento do Programa Recuperação e Resiliência “Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais – Creches Municipais” que se materializou na inscrição de 310,37 m€ em Transferências de Capital (Cl.Ec.10);
- Diminuição do valor registado nas Transferências de capital (Cl.Ec.10), designadamente, 700 m€ referente ao financiamento do Fundo Ambiental “Posto de Abastecimento de Hidrogénio”, e 75 m€ relativos à beneficiação Paisagística do Jardim de Santos Pousada, motivado pela desistência das respetivas candidaturas, e 500 m€ por ajustamento do Contrato de Mandato com a Gaiurb – Manutenção de Empreendimentos Sociais no âmbito do Programa 1º Direito;
- Ajustamento da rubrica de transferências Correntes (Cl. Ec. 06), no valor de 3.701,58 m€, relativo ao financiamento ao abrigo do art.º 35, nº 5 da Lei 73/2013, já previsto no orçamento inicial (Cl. Económica 06030199 Outros), conforme disposto no n.º 11 do artigo 52.º da LOE/2024 “Excecionalmente, o montante distribuído para efeitos do n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 73/2023, de 3 de setembro, assume em 50 % a natureza de transferência de capital”, uma vez que para o registo da receita foi criada, em SISAL, no Classificador Económico a seguinte classificação 06030108 – art.35, Nº 3 da Lei Nº 73/2013;

DOTAÇÕES DA DESPESA					
CL. ECON.	CLASSIFICAÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	DOTAÇÕES CORRIGIDAS
01	DESPESAS COM O PESSOAL	77 338,83 €	9 399,90 €	2 942,60 €	83 796,13 €
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	67 224,77 €	26 440,72 €	14 578,00 €	79 087,49 €
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	3 927,58 €	291,10 €	11,60 €	4 207,08 €
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15 157,78 €	7 863,60 €	3 617,00 €	19 404,38 €
05	SUBSÍDIOS	12 345,92 €	859,40 €	276,60 €	12 928,72 €
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1 628,89 €	1 341,50 €	722,60 €	2 247,79 €
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	84 164,15 €	21 370,84 €	10 523,30 €	95 011,69 €
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	861,53 €	1 380,20 €	452,70 €	1 789,03 €
09	ATIVOS FINANCEIROS	0,50 €	- €	- €	0,50 €
10	PASSIVOS FINANCEIROS	9 304,99 €	1 408,70 €	1,40 €	10 712,29 €
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	25,30 €	234,10 €	259,00 €	0,40 €
<b>Totais .....</b>		<b>271 980,24 €</b>	<b>70 590,05 €</b>	<b>33 384,80 €</b>	<b>309 185,50 €</b>

(milhares de euros)

Do lado da Despesa, durante o primeiro semestre de 2024, houve um total de 70.590,05 m€ de inscrições/reforços e de 33.384,80 m€ de diminuições/anulações.

As contas de Aquisição de Bens e Serviços (Cl.Ec.02) e as Despesas com o Pessoal (Cl.Ec.01), entre inscrições/reforços e diminuições/anulações, registaram Dotações Corrigidas, no final do 2º trimestre, de 79.087,49 m€ e de 83.796,13 m€, respetivamente. Foram, deste modo, e no que a despesas correntes diz respeito, as que registaram maiores variações em termos

absolutos, no período em análise, com +11.862,72 m€ e + 6.457,30 m€, respetivamente, isto face à Dotação Inicial.

Ao nível da Aquisição de Bens e Serviços, a maior variação é ao nível da Aquisição de Serviços, com mais 9.910,12 m€ acrescidos à dotação inicial. De entre estes reforços nas rubricas de serviços, o destaque vai para as verbas destinadas a “Outros serviços” (mais 5.732,72 m€) e a “Encargos de instalações” (mais 3.694,80 m€).

Relativamente às Despesas com o Pessoal, o maior reforço, em termos absolutos, verificou-se nas Remunerações Certas e Permanentes, com mais 4.561,50 m€, que passou de uma dotação inicial de 57.678,23 m€ para uma dotação corrigida no final do 2º trimestre de 62.239,73 m€, e respetivos encargos com a Segurança Social (mais 1.795,60 m€).

Ainda no âmbito das despesas correntes, de referir o crescimento de 28% registado ao nível da rubrica Transferências Correntes (Cl.Ec.04), com o maior reforço, em termos absolutos, verificado ao nível das transferências destinadas às “Instituições sem fins lucrativos” (mais 2.637,00 m€, passou de uma dotação inicial de 5.847,01 m€ para uma dotação corrigida no final do 2º trimestre de 8.484,01 m€.

No que concerne a despesas de capital, as rubricas de Aquisição de Bens de Capital (Cl.Ec.07) acumulam, até ao final do 2º trimestre, a maior variação em termos absolutos, registando mais 10.847,54 m€ face à Dotação Inicial, com uma Dotação Corrigida a 30/06/2024 de 95.011,69 m€.

De referir ainda a variação de 15% verificada nos Passivos financeiros (Cl.Ec.10), com mais 1.407,30 m€ face à dotação inicial, sendo 1.309,10 m€ para reforço da rubrica pela contratação do novo financiamento bancário, no valor de 6.041,95 m€ destinado à aquisição de veículos, máquinas para obras e edifícios para instalação de serviços municipais.

## Análise das rubricas de Gastos e Perdas

Os gastos totais registados até ao final do 2º trimestre de 2024 ascenderam a 86.267,33 m€, o que representa um acréscimo de 3% em relação a idêntico período de 2023. De notar, contudo, que este valor ainda não contempla a totalidade dos Gastos de Depreciações e Amortizações deste período (que no 1º semestre de 2023 ascenderam a 14.577,20 m€).

A decomposição dos Gastos e Perdas do 1º semestre foi a seguinte:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/06/2023		30/06/2024		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
6	<b>GASTOS</b>	<b>83 889,35</b>	<b>100%</b>	<b>86 267,33</b>	<b>100%</b>	<b>2 377,98</b>	<b>3%</b>
60	Transferências e subsídios concedidos	19 000,79	23%	20 694,50	24%	1 693,71	9%
61	Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	1 880,10	2%	798,69	1%	-1 081,41	-58%
62	Fornecimentos e serviços externos	16 511,51	20%	22 756,56	26%	6 245,04	38%
63	Gastos com o pessoal	25 685,75	31%	28 854,49	33%	3 168,73	12%
64	Gastos de depreciação e de amortização	14 577,20	17%	7 893,52	9%	-6 683,68	-46%
65	Perdas por imparidade	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
66	Perdas por reduções de justo valor	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
67	Provisões do período	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
68	Outros gastos	5 609,71	7%	4 036,17	5%	-1 573,54	-28%
69	Gastos por juros e outros encargos	624,28	1%	1 233,41	1%	609,12	98%

milhares de euros

Os gastos mais significativos foram os Gastos com o Pessoal com um total de 28.854,49 m€, os Fornecimentos e Serviços Externos com um valor absoluto de 22.756,56 m€ e as Transferências e subsídios concedidos que somam 20.694,50 m€. Todos eles registam aumentos face ao mesmo período de 2023, de 3.168,73 m€, de 6.245,04 m€, e de 1.693,71 m€, respetivamente.

Efetuada uma análise aos Gastos com o Pessoal verifica-se que, no 2º trimestre de 2024, correspondem à rubrica com maior peso no total dos gastos (33%) e a 2ª constitui a rubrica com maior variação em termos absolutos (mais 3.168,73 m€, face ao mesmo período de 2023).

Numa análise mais pormenorizada das componentes de Gastos com Pessoal verifica-se que as variações mais relevantes se registaram ao nível das Remunerações do Pessoal (mais 2.924,67 m€) e dos Encargos sobre remunerações (mais 643,08 m€).

A descentralização de competências na área da saúde, que ocorreu em outubro de 2023 (no 4º trimestre, portanto), assim como, a novas contratações de pessoal, a atualização de tabelas remuneratórias e as medidas de aceleração do desenvolvimento das carreiras da função pública explicam a evolução destes valores entre o 2º trimestre de 2023 e o mesmo período de 2024.

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/06/2023		30/06/2024		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
<b>63</b>	<b>Gastos com o pessoal</b>	<b>25 685,75</b>	<b>100%</b>	<b>28 854,49</b>	<b>100%</b>	<b>3 168,73</b>	<b>12%</b>
63.0	Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	474,41	2%	617,91	2%	143,49	30%
63.2	Remunerações do pessoal	21 058,50	82%	23 983,18	83%	2 924,67	14%
63.4	Indemnizações	0,16	0%	0,23	0%	0,07	42%
63.5	Encargos sobre remunerações	2 707,48	11%	3 350,55	12%	643,08	24%
63.6	Acidentes no trabalho e doenças profissionais	372,69	1%	482,12	2%	109,43	29%
63.8	Outros gastos com o pessoal	952,84	4%	281,20	1%	-671,64	-70%
63.9	Outros encargos sociais	119,67	0%	139,30	0%	19,63	16%

milhares de euros

No 2º trimestre de 2024, os gastos em Fornecimentos e Serviços Externos perfizeram o valor de 22.756,56 m€ e, entre os gastos mais relevantes, temos os Outros Serviços (24%), os Subcontratos e Parcerias (21%), as Rendas e Alugueres (12%) e a Eletricidade (11%).

O quadro abaixo mostra o total de gastos desta rubrica e o valor, peso relativo e variação de algumas das rubricas mais relevantes de Fornecimentos e Serviços Externos:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/06/2023		30/06/2024		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
<b>62</b>	<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>16 511,51</b>	<b>100%</b>	<b>22 756,56</b>	<b>100%</b>	<b>6 245,04</b>	<b>38%</b>
62.1	Subcontratos e parcerias	3 857,74	23%	4 818,00	21%	960,26	25%
62.2.1.6	Organização de eventos	434,49	3%	519,34	2%	84,85	20%
62.2.1.9	Outros trabalhos especializados	854,41	5%	554,51	2%	-299,90	-35%
62.2.3	Vigilância e segurança	921,38	6%	1 131,51	5%	210,14	23%
62.2.5	Comissões	958,47	6%	1 040,32	5%	81,85	9%
62.2.6	Conservação e reparação	1 179,24	7%	902,04	4%	-277,21	-24%
62.4.1	Eletricidade	576,98	3%	2 472,05	11%	1 895,07	328%
62.4.1.1	Iluminação Pública	0,00	0%	590,34	3%	590,34	0%
62.4.1.2	Instalações Municipais	577,26	3%	1 881,39	8%	1 304,12	226%
62.6.1	Rendas e alugueres	2 163,35	13%	2 720,78	12%	557,43	26%
62.6.3	Seguros	298,30	2%	500,99	2%	202,69	68%
62.6.7	Limpeza, higiene e conforto	403,90	2%	721,81	3%	317,91	79%
62.6.9	Outros serviços	3 182,24	19%	5 558,89	24%	2 376,65	75%

milhares de euros

Outros Serviços (+2.376,65 m€), Subcontratos e Parcerias (mais 960,26 m€), e a Eletricidade (mais 1.895,07 m€), na qual se incluem os gastos com Instalações Municipais (mais 1.304,12 m€), foram os que registaram maiores aumentos, em termos absolutos, comparativamente com os valores do 1º semestre de 2023.

O aumento do valor de Subcontratos e Parcerias de 3.857,74 m€ para 4.818,00 m€ é explicado pelo aumento dos gastos com Transportes Escolares (de 52 m€ para 86 m€), pelos gastos com serviços de transporte para a prestação de cuidados de saúde pelas unidades funcionais dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) que totalizam 207,45 m€, mas sobretudo pela atividade das Cantinas Escolares que, no 1º semestre de 2024, totalizam 4.510,01 m€ enquanto em 2023 o seu valor cifrou-se em 3.703,89 m€. Mais uma vez, é de notar que os valores registados até 30/06/2024 englobam gastos no valor de 229,50 m€ resultantes da revisão de preços relativos à aquisição de serviços para fornecimento de refeições em cantinas/refeitórios escolares do período de setembro a dezembro de 2023, registados em 2024, e que foram tratados, em sede de especialização do período, no 3º trimestre de 2024.

No caso dos Outros Serviços, estes agregam gastos tão diversos como a atribuição de cheques-oferta para aquisição de material escolar, aquisição de serviços de fornecimento de refeições escolares, serviços de manutenção das instalações municipais e tratamento das piscinas, serviços de formação, segurança e desenvolvimento de atividades aquáticas nas piscinas ou o contrato de eficiência energética do sistema de iluminação. Estes serviços totalizam 5.558,89 m€ no final do 2º trimestre de 2024, sendo as rubricas mais relevantes as relativas à aquisição de serviços de Refeições Escolares (na ordem dos 1.418 m€) e a aquisição de serviços de manutenção dos espaços verdes do Município (cerca de 644 m€)

Quanto aos gastos com Eletricidade, os dados comparativos revelam um acréscimo de 1.895,07 m€ entre o 1º semestre de 2023 e o de 2024, variação essa motivada, essencialmente, pelo facto de, no ano de 2023 (até ao 1º semestre) se verificar um atraso no envio da faturação por parte do fornecedor de energia.

Divididas entre Transferências Correntes, Subsídios Correntes e Transferências de Capital, a rubrica das Transferências e Subsídios Concedidos totalizaram 20.694,50 m€, representativa de 24% dos gastos, com a seguinte distribuição de valores, pesos relativos e variação face a 30/06/2023:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/06/2023		30/06/2024		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
<b>60</b>	<b>Transferências e subsídios concedidos</b>	<b>19 000,79</b>	<b>100%</b>	<b>20 694,50</b>	<b>100%</b>	<b>1 693,71</b>	<b>9%</b>
<b>60.1</b>	<b>Transferências correntes concedidas</b>	<b>10 650,95</b>	<b>56%</b>	<b>11 874,38</b>	<b>57%</b>	<b>1 223,43</b>	<b>11%</b>
	Estado	1 566,36	8%	1 758,22	8%	191,87	12%
	Freguesias	1 868,43	10%	1 830,81	9%	-37,62	-2%
	Famílias	1 871,93	10%	212,66	1%	-1 659,27	-89%
	Sociedades e quase sociedades não financeiras	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
	CCD - Centro de Cultura e Desporto	156,00	1%	234,00	1%	78,00	50%
	Outros	5 188,24	27%	7 838,68	38%	2 650,44	51%
<b>60.2</b>	<b>Subsídios correntes concedidos</b>	<b>7 737,98</b>	<b>41%</b>	<b>7 884,26</b>	<b>38%</b>	<b>146,27</b>	<b>2%</b>
	Águas de Gaia, E.M., SA	6 600,00	35%	6 600,00	32%	0,00	0%
	Gaiurb, EM	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
	STCP - Soc. de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	1 137,98	6%	1 284,26	6%	146,27	-
<b>60.4</b>	<b>Transferências de capital concedidas</b>	<b>560,37</b>	<b>3%</b>	<b>933,46</b>	<b>5%</b>	<b>373,08</b>	<b>67%</b>
	Estado	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
	Freguesias	151,18	1%	0,00	0%	-151,18	-100%
	Instituições sem Fins Lucrativos	409,19	2%	933,46	5%	524,27	128%
<b>60.6</b>	<b>Transferências para cobertura de prejuízos</b>	<b>51,48</b>	<b>0%</b>	<b>2,40</b>	<b>0%</b>	<b>-49,07</b>	<b>-</b>

milhares de euros

As Transferências e Subsídios Concedidos registam um aumento de 1.693,71 m€ neste 1º semestre de 2024, face ao mesmo período de 2023, espelhando o aumento nas transferências correntes concedidas (+1.223,43 m€), nos subsídios correntes concedidos (+146,27 m€) e nas transferências de capital concedidas (+373,08 m€). As Transferências para cobertura de prejuízos diminuíram: menos 49,07 m€ comparativamente ao 1º semestre de 2023.

Como se pode verificar no quadro acima, as Transferências correntes concedidas apresentam um aumento de 11%, dos quais, há que fazer nota do seguinte;

- Para o Estado - as transferências correntes para o Estado, no valor de 1.758,22 m€, dos quais 1.750 m€ resultam da delegação de competências do Sr. Presidente da Câmara nos Diretores de AE e ENA no âmbito do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, para o ano 2024;
- Para as Freguesias – totalizam 1.830,81 m€, representando uma variação ligeira face aos 1.868,43 m€ verificados em igual período de 2023. Esta verba inclui o montante de 1.569,52 m€ decorrentes do DL n.º 57/2019, que concretiza a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias e 200 m€, no âmbito do Programa Gaia + Inclusiva – Emergência Social;
- Para as Famílias – somam 212,66 m€ no final do 2º trimestre de 2024, menos 1.659,27 m€ do que no mesmo período de 2023 explicados, sobretudo, pelo Protocolo celebrado entre os TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE e o Município de Vila Nova de Gaia: por um lado, o primeiro semestre de 2023 inclui 793.631 m€ de gastos relativos a períodos anteriores os quais foram objeto de retificação contabilística no trimestre seguintes e, por outro lado, o Orçamento de Estado para o ano de 2024, veio estabelecer a gratuitidade dos passes 4\_18 e Sub23 e, deste modo, a partir de 1 de janeiro de 2024 este encargo deixou de ser do Município e passou a ser assegurado pela Administração Central.

As Outras Transferências Correntes que representam a 30/06/2024 cerca de 66% do total das transferências correntes concedidas, agregam todos os apoios concedidos pelo Município a diversas instituições sociais, culturais, humanitárias. Efetuando a comparação entre o 2º trimestre de 2024 e o seu período homólogo observa-se que as outras transferências correntes apresentam um aumento de 2.650,44 m€, passaram de 5.188,24 m€ em 2023 para 7.838,68 m€ em 2024, com destaque para o Protocolos colaboração - Acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social (1.790,40 m€), para o Protocolo de acordo GAIAaprende + (1.837,45 m€) e o Protocolo de colaboração GAIAaprende +i (829,20 m€). Em 2024, a Área Metropolitana do Porto definiu a comparticipação dos Municípios no PART – Programa de Apoio à Redução Tarifária, relativa aos anos de 2022 e 2023, cabendo ao Município de Vila Nova de Gaia o valor de 1.655,54 m€.

O valor dos subsídios correntes concedidos, neste primeiro semestre do ano de 2024, mantém-se praticamente ao nível do valor registado no período homólogo, destacando o registo do gasto relativo ao contrato programa com as Águas de Gaia, E.M., S.A., que ascende a 6.600,00 m€.

As Transferências de Capital concedidas registaram um aumento, dos 560,37 m€ do final do 2º trimestre de 2023, para 933,46 m€ no mesmo período de 2024, por via do acréscimo verificado ao nível dos apoios concedidos a Instituições sem Fins Lucrativos.

## Análise das rubricas de Rendimentos

Os Rendimentos, no final do 2º trimestre de 2024, totalizaram 73.812,22 m€, apresentando um aumento de 10.594,73 m€, face ao idêntico período do ano anterior.

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/06/2023		30/06/2024		VAR. (€)	VAR. %
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
<b>7</b>	<b>RENDIMENTOS</b>	<b>63 217,49</b>	<b>100%</b>	<b>73 812,22</b>	<b>100%</b>	<b>10 594,73</b>	<b>17%</b>
70	Impostos, contribuições e taxas	21 582,83	34%	28 337,34	38%	6 754,50	31%
71	Vendas	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
72	Prestações de serviços e concessões	2 999,45	5%	3 063,10	4%	63,65	2%
73	Variações nos inventários da produção	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
74	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	31 595,25	50%	35 922,00	49%	4 326,75	14%
76	Reversões	0,72	0%	0,00	0%	-0,72	-100%
77	Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
78	Outros rendimentos	6 951,41	11%	6 334,36	9%	-617,05	-9%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	87,83	0%	155,42	0%	67,60	77%

milhares de euros

As fontes de receita com maior peso no total de rendimentos continuam a ser os Impostos, Contribuições e Taxas e as Transferências e Subsídios Correntes Obtidos que, em conjunto, representam 87% do total de rendimentos do 2º trimestre (no mesmo período de 2023, tiveram um peso de 84%).

As referidas rubricas registaram variações positivas relevantes face a 2023, com 14% de acréscimo na rubrica de Transferências e Subsídios Correntes Obtidos e 31% de aumento na rubrica Impostos, Contribuições e Taxas em relação ao valor registado no 2º trimestre de 2023.

A rubrica de Prestação de serviços e concessões, em termos relativos, perdeu peso, passou de um peso de 5% do total dos rendimentos a 30/06/2023 para um peso de apenas 4% a 30/06/2024. No entanto é de referir que, o seu valor absoluto aumentou ligeiramente, cerca de 2%, passou de 2.999,45 m€ para 3.063,10 m€. Esta variação é justificada maioritariamente pelas receitas oriundas das senhas de refeições escolares. É de referir que, o Município contempla na rubrica de “concessões” o rendimento proveniente da 1ª prestação da concessão para a construção e exploração do complexo aquático de formação em terreno, no valor de 300 m€, valor registado no 1º trimestre de 2023.

A rubrica de Outros Rendimentos perdeu importância e passou de 6.951,41 m€ no 2º trimestre de 2023, para 6.334,36 m€ em 2024 (menos 617,05 m€). Esta variação é justificada, por um

lado, pelo registo no 1º semestre de 2023, de diversas Rendas em propriedades de Investimento referentes a anos anteriores e não especializadas neste período e, por outro, pela alienação, em janeiro de 2023, do imóvel sito na R. Diogo Silves, freguesia de Santa Marinha, pelo valor de 412 m€.

No quadro seguinte é efetuada uma análise detalhada à rubrica de Impostos, contribuições e taxas:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/06/2023		30/06/2024		VAR. (€)	VAR. %
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
<b>70</b>	<b>Impostos, contribuições e taxas</b>	<b>21 582,83</b>	<b>100%</b>	<b>28 337,34</b>	<b>100%</b>	<b>6 754,50</b>	<b>31%</b>
<b>70.1</b>	<b>Impostos diretos</b>	<b>4 633,62</b>	<b>21%</b>	<b>5 150,02</b>	<b>18%</b>	<b>516,40</b>	<b>11%</b>
	Derrama	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
	Imposto municipal sobre imóveis	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
	Imposto único de circulação	4 618,41	21%	5 146,58	18%	528,17	11%
	Contribuição Autárquica (CA)	15,21	0%	3,44	0%	-11,77	-77%
<b>70.2</b>	<b>Impostos indiretos</b>	<b>14 385,57</b>	<b>67%</b>	<b>17 114,11</b>	<b>60%</b>	<b>2 728,55</b>	<b>19%</b>
	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	14 385,57	67%	17 114,11	60%	2 728,55	19%
<b>70.4</b>	<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>2 563,65</b>	<b>12%</b>	<b>6 073,20</b>	<b>22%</b>	<b>3 509,55</b>	<b>137%</b>
	Taxas	3,74	0%	5,37	0%	1,63	43%
	Taxas específicas das autarquias locais	1 998,78	9%	5 320,65	19%	3 321,87	166%
	Multas e outras penalidades	561,12	3%	747,18	3%	186,05	33%

milhares de euros

Analisadas as rubricas do Impostos, Contribuições e Taxas constata-se que quase todas as rubricas apresentam acréscimos de receita face ao 2º trimestre de 2023.

Nos Impostos Diretos, nos primeiros seis meses de 2024, verificou-se um aumento da receita cobrada de 516,40 m€ (passou de 4.633,62 m€ para 5.150,02 m€), com um aumento no IUC (+528,17€). A Contribuição Autárquica regista um ligeiro decréscimo de 11,77 m€, contudo, este é um tributo residual.

Ao nível dos Impostos Indiretos, a receita cobrada corresponde na totalidade a IMT, e neste 1º semestre de 2024, à semelhança do verificado no mesmo período de 2023, representa o maior volume de receita cobrada de Impostos, Contribuições e Taxas, com 17.114,11 m€ e um crescimento de 2.728,55 m€ face a igual período de 2023.

As Taxas específicas das autarquias locais, na componente de Taxas, multas e outras penalidades, registaram um aumento relevante face ao mesmo período de 2023, mais 3.321,87 m€. De entre as Taxas específicas da Autarquia, tiveram especial relevância, em termos de rendimentos do semestre, as Taxas de Ocupação da via pública: mais 3.273,92 m€ do que no período homologado de 2023.

Se nas receitas de Impostos, Contribuições e Taxas se verificou uma variação de +31% (essencialmente explicada pelos montantes de IMT e Taxas específicas das autarquias locais arrecadados, como vimos acima), as receitas provenientes de Transferências e subsídios correntes também revelaram um significativo aumento, principalmente nas suas componentes mais importantes – transferências do Estado. Tal resulta das verbas recebidas pelo Município,

no 1º semestre de 2024, no âmbito da transferência de competências nas áreas da educação (11.781,23m€), da ação social (1.255,89 m€) e da saúde (1.965,95 m€). De referir que a Transferência de competências no âmbito da saúde se concretizou em outubro de 2023.

Nos seis primeiros meses de 2024, as Transferências e subsídios correntes obtidos ascendem a 35.922,00 m€, mais 4.326,75 m€ do que no período homólogo de 2023. Esta variação de 14% pode ser desagregada da seguinte forma:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/06/2023		30/06/2024		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
<b>75</b>	<b>Transferências e subsídios correntes obtidos</b>	<b>31 595,25</b>	<b>100%</b>	<b>35 922,00</b>	<b>100%</b>	<b>4 326,75</b>	<b>14%</b>
<b>75.1.1.1</b>	<b>Estado</b>	<b>30 452,78</b>	<b>96%</b>	<b>35 511,29</b>	<b>99%</b>	<b>5 058,51</b>	<b>17%</b>
	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	5 628,74	18%	4 845,04	13%	-783,71	-14%
	Fundo Social Municipal (FSM)	3 152,65	10%	3 704,59	10%	551,94	18%
	Participação no IRS	7 865,00	25%	8 889,59	25%	1 024,60	13%
	Transferências de competências - Lei n.º 50/2018	13 111,44	41%	15 003,07	42%	1 891,63	14%
	Participação do IVA	690,23	2%	1 177,18	3%	486,94	71%
	Direção Regional de Educação Norte	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
	Outros	4,72	0%	41,04	0%	36,32	769%
	Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	0,00	0%	1 850,79		1 850,79	0%
<b>75.1.1.2</b>	<b>Serviços e Fundos Autónomos</b>	<b>134,68</b>	<b>0%</b>	<b>90,24</b>	<b>0%</b>	<b>-44,44</b>	<b>-33%</b>
	Instituto Nacional de Emergência Médica	36,01	0%	31,98	0%	-4,03	-11%
	Serviço Nacional Bombeiros e Protecção Civil	0,77	0%	15,38	0%	14,62	1911%
	Outros Serviços e Fundos Autónomos	97,90	0%	42,87	0%	-55,03	-56%
<b>75.1.1.3</b>	<b>Administração Local</b>	<b>0,00</b>	<b>0%</b>	<b>0,00</b>	<b>0%</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>
	Municípios	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
<b>75.1.4</b>	<b>Resto do Mundo</b>	<b>1 007,79</b>	<b>3%</b>	<b>320,46</b>	<b>1%</b>	<b>-687,33</b>	<b>-68%</b>
	Outras	1 007,79	3%	320,46	1%	-687,33	-68%

milhares de euros

No cômputo geral das transferências correntes do Estado, verifica-se um aumento significativo de 4.326,75 m€, aumento esse que é transversal a todas as suas rubricas, com exceção do Fundo de Equilíbrio Financeiro (menos 783,71 m€). Os valores recebidos ao abrigo da transferência de competências somaram a quantia de 15.003,07 m€, mais 1.891,63 m€ do que o valor recebido em igual período de 2023. Também se registam acréscimos quer nas transferências da Participação no IRS, de mais 1.024,60 m€, com montante arrecadado de 8.889,59 m€, quer nas transferências relativas ao Fundo Social Municipal e à Participação do IVA, com mais 551,94 m€ e 486,94 m€, respetivamente. Em 2024, pela primeira vez, os municípios puderam receber transferências do Estado ao abrigo do Art.º 35º, nº 3 da Lei nº 73/2013 como componente corrente da receita que, no caso de Município de Gaia, representou um rendimento de 1.850,70 m€, nesta primeira metade do ano de 2024.

Em síntese, neste 1º semestre de 2024, quando comparado com igual período de 2023, o Município regista um aumento, quer nos Gastos, quer nos Rendimentos. De referir, contudo, que os Gastos do 1º semestre de 2024 ainda não refletem a totalidade do cálculo das depreciações e amortizações, pelo que o valor irá crescer aos gastos deste período.

## Análise das rubricas de Investimentos

Os Investimentos, na primeira metade de 2024, registaram um aumento de 3% em termos globais, registando um total de 985.622,34 m€, mais 30.912,61 m€ face ao período homólogo de 2023. O quadro abaixo desagrega esse total por componentes de Investimento, comparando o primeiro semestre de 2023 e de 2024:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/06/2023		30/06/2024		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
4	INVESTIMENTOS	954 709,72	100%	985 622,34	100%	30 912,61	3%
41	Investimentos financeiros	131 280,63	14%	134 986,76	14%	3 706,13	3%
42	Propriedades de investimento	19 976,21	2%	19 643,85	2%	-332,36	-2%
43	Ativos fixos tangíveis	746 189,43	78%	771 560,95	78%	25 371,51	3%
44	Ativos intangíveis	874,96	0%	413,43	0%	-461,52	-53%
45	Investimentos em curso	56 388,49	6%	59 017,35	6%	2 628,86	5%

(valores após depreciações e amortizações) (milhares de euros)

Este aumento verificou-se de forma mais expressiva ao nível dos Ativos Fixos Tangíveis, que totalizam no final do 2º trimestre de 2024 o valor de 771.560,95 m€, mais 25.371,51 m€ do que em igual período de 2023. Os Investimentos Financeiros registaram um acréscimo de 3.706,13 m€, para os 134.986,76 m€, e os Investimentos em Curso somaram mais 2.628,86 m€ ao valor de 56.388,49 m€ do segundo semestre de 2023.

Relativamente aos Ativos Fixos Tangíveis, o grupo mais relevante é o dos Bens de Domínio Público, que no final do 2º trimestre de 2024 totalizam 397.543,46 m€, representam 52% dos Ativos Fixos Tangíveis e 40% do total de Investimentos. Os Edifícios e outras Construções, com o valor de 253.930,55 m€, são outra componente importante dos Ativos Fixos Tangíveis. De referir, contudo, que até à data de recolha dos elementos que servem de base à presente análise, estavam apuradas as amortizações e depreciações dos meses de janeiro a março de 2024, motivo pelo qual, os valores dos Ativos Fixos Tangíveis não são ainda definitivos.

Os Investimentos em Curso apresentam um acréscimo de 2.628,86 m€, passando dos 56.388,49 m€ do 1º semestre de 2023, para os 59.017,35 m€ do 1º semestre de 2024. Esta variação decorre essencialmente da rubrica de Edifícios e Outras Construções, que registou um aumento de 4% face ao período homólogo, totalizando 53.290,19 m€ no final deste período, podendo referir como obras importantes o Pavilhão Multiusos dos Arcos do Sardão (2.119,30 m€) a reformulação da Rede Viária e Pedonal da Estrada da Rainha, Ruas das Pedrinhas Brancas e Caminho do Senhor, nas Freguesias de Arcozelo e Serzedo (1.444,80 m€).

As variações ao nível dos Investimentos Financeiros (mais 3.706,13 m€), resultam dos ajustamentos efetuados no âmbito do Método de Equivalência Patrimonial, com base nos elementos de prestação de contas fornecidos pelas entidades relativos a 2023. Além disso, foi efetuado o ajustamento da participação na Simdouro – Grupo Águas de Portugal no valor de 1.207,58 m€.

## Indicadores Financeiros

O Município revela estabilidade ao nível dos indicadores financeiros, sendo os valores apurados para o 1º semestre de 2024 equiparados aos do período homólogo de 2023.

INDICADORES	30/06/2023	30/06/2024
Ativo Corrente / Ativo Total	9%	9%
Passivo Corrente / Passivo Não Corrente	32%	22%
Autonomia Financeira (Património Líquido / Ativo)	85%	84%
Liquidez (Disponibilidades / Passivo Corrente)	126%	141%
Solvabilidade (Património Líquido / Passivo Total)	577%	522%
Endividamento (Passivo Total / Ativo Total)	15%	16%
Investimentos / Ativo Corrente	1031%	995%
Investimentos / Ativo Total	91%	91%

Os indicadores Peso do Ativo Corrente e Peso dos Investimentos no Ativo Total não sofreram qualquer alteração entre os períodos comparados, enquanto a Autonomia Financeira e o Endividamento mostram uma ligeira variação de menos 1 p.p. e mais 1 p.p., respetivamente.

Podemos verificar que a capacidade financeira global do Município para solver a totalidade dos seus compromissos se mantém elevada, sendo o seu Património Líquido 5 vezes superior ao seu Passivo.

O grau de Liquidez regista um valor de 141%, e um acréscimo de 15 p.p. face ao período homólogo do ano anterior, isto porque, embora se tenha verificado uma diminuição de cerca de 4% nos meios financeiros líquidos (de 46.770,72 m€ em 2023, para 44.726,99 m€ em 2024), a redução do Passivo Corrente foi superior: de 37.185,04 m€ em 2023, para 31.673,88 m€ em 2024, uma diminuição na ordem dos 15%.

Embora com um ligeiro aumento no valor dos Investimentos (mais 3%), o peso deste agregado no Ativo Corrente diminuiu para 995% por força da variação mais pronunciada do Ativo Corrente (mais 7% em junho de 2024, face a igual período de 2023).

## Contabilidade de Gestão

A Norma Contabilística Pública nº 27 tem como objetivo “estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para a sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos obrigatórios para o seu conteúdo e divulgação.”

A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

A contabilidade de gestão do Município assenta no plano de contas proposto pela NCP 27, o qual, partindo de uma reclassificação dos gastos por natureza (contabilidade financeira), para gastos por objeto de custeio (contabilidade de gestão), permite o apuramento dos custos por departamento, função, atividade, bem, serviço, etc.

Optou-se pela utilização do sistema de custeio baseado no cálculo dos gastos por funções.

Neste sentido, o valor total de gastos no 2º trimestre de 2024 foi de 86.267,33 m€, desagregado da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	30/06/2024	
	Valor (€)	%
<b>Funções Gerais</b>	<b>24 880,23</b>	<b>29%</b>
Serviços Gerais de Administração Pública	19 698,08	23%
Segurança e Ordem Públicas	5 182,16	6%
<b>Funções Sociais</b>	<b>42 712,33</b>	<b>50%</b>
Educação	27 922,55	32%
Saúde	1 857,31	2%
Ação Social	4 403,37	5%
Habituação e Serviços Coletivos	3 500,86	4%
Serviços Culturais, Desportivos e Recreativos	5 028,23	6%
<b>Funções Económicas</b>	<b>10 591,95</b>	<b>12%</b>
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0,12	0%
Indústria e Energia	1 137,05	1%
Transportes e Comunicações	9 089,36	11%
Comércio e Turismo	155,46	0%
Outras Funções Económicas	209,96	0%
<b>Outras Funções</b>	<b>8 082,82</b>	<b>9%</b>
Operações da Dívida Autárquica	1 483,99	2%
Transferências entre Administrações	596,82	1%
Projetos Financiados	5,89	0%
Encargos com Cobrança de Impostos	1 089,14	1%
Diversas Não Especificadas	4 906,98	6%
<b>TOTAL</b>	<b>86 267,33</b>	<b>100%</b>

milhares de euros

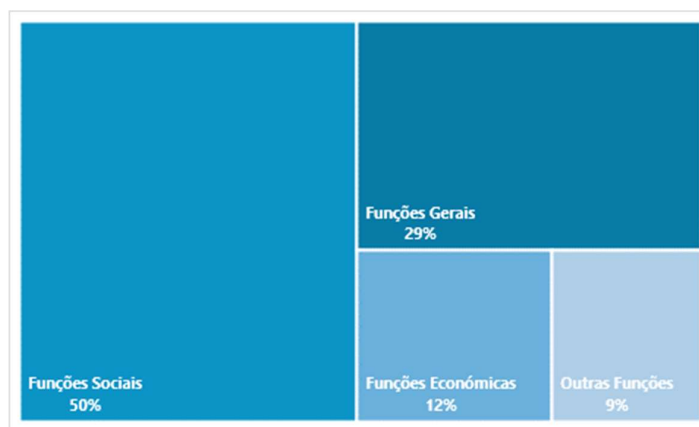
De acordo com o quadro anterior, verifica-se que as Funções Gerais apresentam um peso de 29% do total dos gastos, correspondente a 24.880,23 m€. Este grupo integra os Serviços Gerais a Administração Pública e a Segurança e Ordem Pública.

As Funções Sociais representam 42.712,33 m€, correspondendo a um peso de 50% dos gastos do Município. A rubrica da Educação contribui com a maior fatia do total dos gastos desta área de intervenção, com uns expressivos 65% e um valor absoluto de 27.922,55 m€. Os Gastos com os Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos abrangem 6% do total dos gastos e registam 5.028,23 m€, seguidos dos Gastos com Ação Social, com um peso relativo de 5% e um montante de 4.403,37 m€.

De referir ainda que se encontram incluídos nas Funções Sociais os gastos relativos à Transferência de Competências que o Município assumiu, progressivamente desde 2022 como sejam, nomeadamente a Educação (concretizada em abril de 2022), a Ação Social (realizada em dezembro de 2022) e a Saúde (que ocorreu em outubro de 2023).

Se analisarmos as Funções Económicas concluímos que somam 10.591,95 m€, dos quais, cerca de 86% dizem respeito a gastos com Transportes e Comunicações que totalizam 9.089,36 m€.

Por fim, o grupo denominado Outras Funções apresenta um total de gastos de 8.082,82 m€, que engloba componentes como as Operações da Dívida Autárquica (1.483,99 m€), as Transferências ente Administrações (596,82 m€), os Encargos com Cobrança de Impostos (1.089,14 m€) e Outras não Especificadas (4.906,98 m€).



A ilustração acima evidencia o contributo de cada área funcional no total dos gastos do 1º semestre de 2024, permitindo uma visualização gráfica do peso de cada um dos agregados.